

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quilse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Looso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eicy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quilse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Looso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordelro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Looso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quilse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 205ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 21 de Novembro de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Frust — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Wilson Brandão e Wilson Fortes (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Francisco Escorsin — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Paulo Poli — Quêlsee Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observação.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3 a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/74 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 48/74, que aprova o Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para execução de projeto de informação de mercado agrícola. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 22, às 14,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.
 Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 206ª Sessão Ordinária
Realizada em 21 de Novembro de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Frust — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Wilson Brandão e Wilson Fortes (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Francisco Escorsin — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Paulo Poli — Quêlsee Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (17).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR

Of. 298/74

Curitiba, 20 de novembro de 1974.

Senhor Presidente.

Tendo em vista o disposto no art. 13, da Lei Federal n.º 6.091, de 15 de agosto de 1974, tenho a honra de solicitar aprovação desse Egrégio Poder Legislativo, no sentido de que o Doutor Zacharias Emiliano Seleme seja nomeado para exercer o cargo de Procurador, da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Devo esclarecer a Vossa Excelência que o Advogado Zacharias Seleme, que atualmente é o titular da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, preenche os requisitos necessários para sua investidura no cargo de Pro-

curador junto ao Tribunal de Contas do Estado, cargo este que se encontra vago em virtude do recente falecimento do Doutor Rubens Bailão Leite.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.
 Ao Excelentíssimo Senhor Deputado João Mansur
 Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
 N/Capital

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Santos Lima, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 155/74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aglaci Pacheco Saukio, ocorrido ontem, nesta Capital.

Solicito, outrossim, seja a decisão da Casa comunicada à família da extinta.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1974.

(a) Gabriel Manoel

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente. Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi a palavra para encaminhar à consideração da Casa, o seguinte Requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente:

O resultado das últimas eleições, entre outros benefícios, oxalá tenha sensibilizado o Poder Executivo para as obrigações com as quais está em falta, entre elas minorar o drama do funcionalismo público deste Estado, que no decorrer dos últimos anos, vem sendo insultado com abonos irrisórios e com fórmulas mágicas, a ponto de encontrar-se hoje inferiorizado em remuneração ao funcionalismo de outros Estados, ao da União e do próprio Município de Curitiba.

E no quadro desse funcionalismo, ninguém mais tem sido injustificado que o magistério, falhando aí o Governo em promover o bem-estar da coletividade ampliando sua capacidade de oferta de serviços, dependente, hoje, da profissionalização do professor no ensino público. Num contexto em que admite-se um acréscimo de receita da ordem de 184%, a omissão da administração não pode ter justificativas financeiras, mais ainda quando as despesas com determinados tipos de serviços, como a educação, não podem ser contabilizadas senão como investimento, visto que repercutem em promoção da coletividade, acelerando o desenvolvimento e retornando, multiplicadas, como novos recursos tributários.

Voltamos a repisar: há onze meses está redigido um anteprojeto de Estatuto do Magistério Público, cujo envio o Executivo sonega sistemática e inexplicavelmente, gerando um descontentamento dos mais justos e compreensíveis.

Aproveite o Governo a lição que ele mesmo criou, ouça a voz pura e democrática das urnas, e lembre que sua existência é condicionada ao bem-estar social, não à teima de alguns setores de assessoria. Esperamos neste final de mandato, ter a oportunidade, ainda, de votar aqui o Estatuto do Magistério Público, fazendo justiça a esta nobre classe. E queremos ter a satisfação de revelar que esta Assembléia, como sempre fez corresponder ao que dela se espera, e será sensível à preocupação dos professores, cumprindo a sua parte no processo com critério mas também com celeridade.

Isto posto, o Deputado que ao final subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER. ouvida a Casa, encaminhe-se expediente ao Senhor Governador do Estado, contendo os argumentos desta exposição, apelando, mais uma vez, para que envie já sem mais delongas, o encantado Estatuto do Magistério e termine ele, também, com dignidade, o final de gestão que lhe resta.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1974".

Espero que este nosso Requerimento não mereça contestação da Casa. Assim, aprovação unânime, para aquilo porque nós tanto lutamos antes das eleições de 15 de novembro, que era o atendimento à grande e valiosa classe do professorado paranaense. Esperamos que o Sr. Emílio Gomes, no fim deste seu Governo, convença-se, ele mesmo, que, o mandato não é dele, o mandato é do povo, que o Governo deve, acima de tudo, querer o bem estar da coletividade e não se prender a suscetibilidades e melindres de alguns Secretários de Estado; não queremos aqui fazer acusações nominais a quem quer que seja mas, sabemos que o Estatuto está pronto, com os pareceres favoráveis inclusive os da Secretaria da Fazenda indicando os recursos para as vantagens contidas no Estatuto ao professorado, e que apenas a teimosia de um Secretário de Estado tem retardado o envio a esta Casa, deste decantado Estatuto do Magistério Público Paranaense.

Nós temos poucas sessões antes de terminar o nosso período legislativo e que o nosso próprio mandato já que não tivemos a felicidade de sermos reconduzidos a esta Casa, mas não vai nisto nenhuma mágoa, não vai nisto nenhum melindre, porque eu sempre disse que o meu patrão é o povo e ao povo é que eu devo a minha permanência nesta Casa e, no instante em que este mesmo povo compreendeu desnecessária a minha presença para representá-lo no Poder Legislativo, só me resta encerrar o meu mandato, com dignidade.

Espero no final deste meu mandato e do mandato de todos os Senhores Deputados reeleitos e não reeleitos, que o Sr. Governador do Estado pelo menos faça justiça à classe do professorado, sem ater-se aos resultados das eleições.

Sabemos que a grande maioria do professorado paranaense votou na Oposição, mas com razão. Agora não podemos, como vinda, deixar de atender sua reivindicação que é justa e merecida. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito. Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos apenas apresentar dois Projetos de Lei, basados nos seguintes termos: (Lê):

"PROJETO DE LEI N.º 181/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o Departamento Diocesano de Obras Unidas à Sociedade de São Vicente de Paulo, de Londrina, com sede em Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1974.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A entidade que propomos seja declarada de Utilidade Pública, tem por finalidade a construção administração e manutenção de obras, visando o amparo espiritual, moral e material dos pobres da comunidade londrinense. Tem os seus estatutos registrados desde 1966 e sua Diretoria não percebe remuneração.

Justo que o poder público estadual, a exemplo do municipal, lhe outorgue o reconhecimento de utilidade pública para que possa usufruir dos benefícios legais. Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa".

"PROJETO DE LEI N.º 182/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 248 — O funcionário público com direito a licença especial, poderá exercer as seguintes opções:

I — Deixar de gozar a licença especial e ficar, para todos os efeitos legais, com o seu acervo de serviço público acrescido do dobro do tempo da licença que poderia usufruir;

II — Optar pela conversão da licença especial em dinheiro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1974.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A concessão da licença especial é um prêmio justo que o Estado concede ao funcionário pela sua antiguidade e dedicação ao serviço público.

Entretanto, o afastamento do funcionário de suas funções, embora temporário ocasiona sérios transtornos à administração. Isto já foi sentido, tanto que em Lei se permitiu que o funcionário converta o gozo dessa licença em acréscimo de tempo ao seu acervo de serviço público. Oportuno pois, que se lhe dê mais um estímulo para que permaneça exercendo as suas funções, permitindo que converta a licença em dinheiro, a exemplo do que fazem vários Estados da Federação e mesmo municípios de nosso Estado. Esperamos o apoio de nossos Pares para esta iniciativa".

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lidos da Tribuna. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei n.º 176/74, de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, devidamente apoiada, constante do Expediente. — Será anexada ao Projeto.

Ofício do Sr. Governador do Estado, constante do Expediente, solicitando aprovação desta Casa no sentido de que o Sr. Doutor Zacharias Seleme seja nomeado para exercer o cargo de Procurador, da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas. — Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 273/71, de autoria do Deputado Quilise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir, através da S.V.O.P., um prédio para o Ginásio Estadual da sede do Município de Itaguaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.I.P. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/74, de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Cel. Washington Manoel Vijand de Soza Bermudez. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado pelo Substitutivo, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que concede Gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.593/74, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), aos ocupantes dos cargos que especifica, da Parte Suplementar do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas e da Parte Permanente da Assembléia Legislativa. Sem Parecer. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Ao referido Projeto foram apresentadas duas emendas. A primeira de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, do seguinte teor: (Lê):

"EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 176/74

Inclua-se no art. 1.º, na Parte Permanente, cargos da Assembléia Legislativa do Estado:

"Taquigrafo".

Sala das Sessões, em

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Tendo-se em vista que o Projeto em pauta contempla diversas categorias funcionais, sem observar a exigência das leis nrs. 6.569/74 e 6.593/74, em que a gratificação de produtividade era somente para aqueles que tinham Curso Superior, necessário se faz reparar um grave equívoco, incluindo no mesmo a carreira de Taquígrafo, funcionários operosos desta Casa, que documentam as Sessões da Assembléia.

Uma vez que o Projeto apresenta exceções, não é possível que essa categoria de servidores fique marginalizada por erro de omissão ou esquecimento".

A segunda, de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, do seguinte teor: (Lê):

"EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 176/74

Acrescente-se onde couber:

Art. ... — A gratificação de produtividade de que trata a Lei n.º 6.593/74, passa a constituir adicional aos vencimentos de servidores portadores de nível universitário ou com habilitação técnica profissional.

§ 1.º — Para a fixação dos proventos de inatividade serão atendidas as regras estabelecidas no § 1.º do art. 102 da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA:

A regra estabelecida pela emenda supra, visa primordialmente, corrigir a inconstitucionalidade da nossa Lei que, burlando dispositivo da Carta Maior conforme se infere do art. 186 da Constituição Federal "que se orienta por elevado espírito ético: o de impedir que sob denominação estranha à realidade fossem concedidos aumentos de vencimentos" e reforçasse gratificações vedadas.

Sala das Sessões em 21 de novembro de 1974.

(aa) Santos Lima

Gabriel Manoel

Ovidio Franzoni

Leopoldo Jacomet

Odilon Reichardt

Santos Lima".

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, considerando que esta liderança não teve tempo suficiente para consultar o texto das Emendas propostas, consulto V. Exa., Sr. Presidente, da possibilidade que as Emendas possam se constituir em novos artigos ao Projeto de Lei de minha autoria.

Havendo esta possibilidade Sr. Presidente, esta liderança nada tem a opor à aprovação das referidas Emendas.

O SR. PRESIDENTE — Cumprir-me informar a V. Exa. que uma das Emendas poderá constituir-se e deverá constituir-se em artigo em separado.

Quanto à Emenda de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério que determina que a palavra "taquígrafo" seja incluída, evidentemente não poderá se constituir em artigo em separado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para discutir). Sr. Presidente, a própria justificativa da Emenda de minha autoria diz que: "contempla diversas categorias funcionais, sem observar a exigência das leis nrs. 6.569 e 6.593, em que a Gratificação de Produtividade era somente para aqueles que tinham Curso Superior".

Bom, se se desrespeita, que entre todo mundo no bolo. Ou comem todos ou moraliza-se a coisa.

Para não prejudicar as demais classes funcionais vou dar nova redação à Emenda, transformando-a em artigo isolado. Não vejo razão para que a Emenda não seja aprovada e que o Sr. Governador a veto. O Governo está errado, está fugindo às próprias leis nrs. 6.569 e 6.593. A mesma coisa fez com o funcionalismo desta Casa onde, através de uma autorização da Comissão Executiva, foram concedidos benefícios a determinados funcionários. Fiquei quieto porque era benefício e benefício não se combate. Enfim, é aquilo que se diz sempre: ou comem todos ou moraliza-se a coisa. Se é para beneficiar todo mundo, não vejo porque as taquígrafas fiquem de fora. Vou modificar a redação da Emenda mas não posso retirá-la.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, a liderança entende ser justa a pretensão do Sr. Deputado Erondy Silvério pretendendo estender os benefícios da Gratificação de Produtividade à categoria funcional das taquígrafas desta Casa.

Mas como a liderança não teve tempo suficiente para discutir o problema com a assessoria parlamentar do Sr. Governador e como não pretende esta liderança prejudicar as taquígrafas e deseja ver aprovada a Emenda da lavra do Deputado Erondy Silvério, acho que a Emenda poderia passar a constituir artigo em separado do meu projeto porque teríamos tempo suficiente para defender a sua sanção.

Se não fosse possível o nosso ponto de vista prevalecer junto ao Governo do Estado, que não viesse a expressão "Taquígrafas" impossibilitar os demais contemplados com a Gratificação de Produtividade com a competente sanção do projeto.

Esta a razão porque fiz o apelo e felizmente o autor da Emenda acedeu em que a mesma passasse a constituir novo artigo ao meu Projeto.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, infelizmente vou ter que falar à palavra empenhada há pouco, porque quanto mais se vive mais se aprende. Consultando a assessoria da Casa vi que não há inconveniente em apresentar assim a Emenda. Caso o Governador não queira conceder idêntico benefício à carreira de taquígrafos, vota. Pode votar a expressão, E de lei. Não precisa votar o artigo todo. Vota a expressão "X". Depende da consciência do Governador.

Val permanecer a redação original.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Projeto. — Aprovado.

Em votação a Emenda n.º 1 de autoria do Deputado Erondy Silvério. — Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 2, de autoria do Deputado Santos Lima. — Aprovada.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/74, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo construir no bairro do Capanema, desta Capital, um complexo educacional que abranja os Cursos de 1.º e 2.º graus, bem como instalações destinadas a práticas desportivas, em substituição ao atual estabelecimento de ensino denominado "Hilibrando de Araújo" e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 22/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir no bairro do Capanema, nesta Capital, um complexo educacional que abranja os Cursos de 1.º e 2.º graus, bem como instalações destinadas a práticas desportivas, em

substituição ao atual estabelecimento de ensino denominado "Hildebrando de Araújo".

Art. 2.º — Para atender a construção do referido imóvel, gestionará o Governo do Estado junto ao Banco Nacional de Habitação — BNH, os entendimentos necessários no sentido da obtenção da área de propriedade do mencionado Banco, localizada naquele bairro.

Sala das Sessões, em ... de março de 1974.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

O bairro do Capanema, em nossa Capital, que possui um dos índices demográficos mais acentuados da cidade, conta para atender a sua crescente população, um estabelecimento de ensino de 1.º e 2.º graus, denominado "Hildebrando de Araújo". Além do mencionado estabelecimento não comportar a demanda de crianças e jovens residentes naquele bairro dos mais progressistas da cidade, está o mesmo localizado em situação imprópria para um estabelecimento de ensino, ou seja, no centro das duas pistas de trânsito pesado que dirige-se não só para o bairro como também à BR-271, colocando em constante perigo as crianças que chegam e saem do estabelecimento.

Se não bastasse, o ruído de caminhões e ônibus que trafegam pelas duas pistas onde se acha localizado o estabelecimento, prejudica o ensino nele ministrado. Possuindo o Banco Nacional de Habitação — BNH, uma área de 844.231 m², das mais tranquilas, transferida recentemente do Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, para o mesmo, pelo Decreto 62.698, de 14-5-68, pretendemos pelo presente Plano de Lei, possibilitar aos moradores do referido bairro, contar com um estabelecimento de ensino que corresponda aos anseios.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 22/74

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, é autorizar o Poder Executivo a construir no Bairro do Capanema, nesta Capital, um complexo educacional que abranja os Cursos de 1.º e 2.º graus, bem como instalações destinadas a práticas desportivas, em substituição ao atual estabelecimento de ensino denominado "Hildebrando de Araújo".

As razões apresentadas pelo autor da Proposição em sua brilhante justificativa, nos convence da oportunidade da medida pleiteada.

Sob o aspecto constitucional, legal e formal a proposição é escoreita.

Considerando, ainda, que a medida pleiteada é meramente autorizatória ao Poder Executivo, não se insurge qualquer obstáculo à tramitação normal do Projeto.

Faço ao exposto, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Wilson Fortes — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 22/74

Autor: Deputado Lázaro Dumont

NO MÉRITO

Tratando-se de mera autorização legislativa, nada há, no âmbito desta Comissão, que se lhe possa opor.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1974.

Ovidio Franzoni — Presidente.

Gilberto Carvalho — Relator.

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 22/74

I — O Projeto de Lei n.º 22/74, de autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont objetiva a construção de um complexo educacional no bairro do Capanema, nesta Capital;

II — O Projeto, devidamente justificado, fornece também os meios para se conseguir a área necessária à localização do estabelecimento cuja construção se pretende.

Por suas finalidades altamente meritórias em todos os aspectos, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Reuniões, em 20 de setembro de 1974.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aglaci Pacheco Saukio. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 155/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando mais uma vez, para que seja enviado a esta Casa, o Estatuto do Magistério. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, sexta-feira, às 10,00 hors, com a

ORDEM DO DIA

designada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.